

DOSSIÊ ● ● ●  
***PENSAMENTO  
POLÍTICO E SOCIAL  
BRASILEIRO***

## NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E MARXISMO ACADÊMICO: O EIXO RIO-SÃO PAULO<sup>99</sup>

Rafael Marchesan Tauil<sup>100</sup>  
Luciléia Aparecida Colombo<sup>101</sup>

### O MARXISMO ENTRE RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO: O ISEB E O SEMINÁRIO DO CAPITAL

#### *DOIS “MARXISMOS” E UM BRASIL*

Este trabalho se propõe a tecer uma análise sobre um importante capítulo do pensamento marxista no Brasil. É sabido que a obra de Marx foi interpretada de diferentes maneiras, por diferentes intelectuais e pensadores e em diferentes esferas da sociedade, desde partidos políticos a universidades, passando por centros de cultura, coletivos de artistas e centros de inteligência estatais focalizados no desenvolvimento econômico da Nação. A apropriação da analítica marxista por estas diferentes esferas da sociedade nos permitem enxergar a apropriação da teoria de Marx e fazer uma tentativa de avaliação de alguns de seus diversos modos de interpretação.

Neste caso específico nos debruçamos sobre um período da trajetória intelectual brasileira que permite diferenciar de maneira bastante rica dois eixos bastante heterogêneos que foram se estabelecendo com o passar dos anos entre Rio de Janeiro e São Paulo. Referimo-nos a utilização da obra marxista na Universidade de São Paulo com a criação do Seminário do Capital em 1958 sob a liderança de José Arthur Giannotti e as apropriações da teoria marxista levadas a cabo por uma parte dos intelectuais do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiro).

Nosso objetivo é fazer uma leitura contextual e conjuntural sobre o que significou este momento intelectual brasileiro e suas possíveis relações com o imaginário nacionalista e desenvolvimentista presente no Brasil e com a “cultura acadêmica” daquele período. Este

<sup>99</sup> Este artigo foi publicado com algumas alterações nos Anais do V Colóquio Internacional Marx e os Marxismos promovido em 2013 pelo Lemarx - CENEDIC - USP

<sup>100</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar, sob a orientação do Prof. Dr. Milton Lahuerta. E-mail: [rafaeltauil@hotmail.com](mailto:rafaeltauil@hotmail.com). Este trabalho é parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida com o apoio Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2014/10284-9

<sup>101</sup> Doutora em Ciência Política e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós-Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Substituta na Universidade Estadual Paulista (UNESP-ARARAQUARA).

panorama diz muito a respeito do modo como o Brasil e suas possibilidades de desenvolvimento foram pensadas pelos autores e intelectuais destas duas esferas diversas. No Rio de Janeiro de uma perspectiva mais pragmática e em uma relação mais estreita com a vida política concreta e em São Paulo por meio de um viés preponderantemente teórico preocupado com o aprofundamento da questão metodológica marxista.

Alguns autores que se debruçaram sobre o tema acreditam que, embora as visões dos intelectuais provenientes dos dois polos distintos fossem completamente diferentes, uma cultura política permeou os meandros das diferentes análises, por mais paradoxais que pudessem parecer quando vistas em perspectiva comparativa. (Pécaut, 1990) Procuramos fazer uma leitura sobre este paradoxo e tentar desvendar o que esteve realmente por trás destas perspectivas marxistas que foram capazes de nos demonstrar, a um só tempo, “dois Brasis” diferentes:

O ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros se apropriou de certa forma da teoria marxista – ainda que com as diferentes nuances entre os distintos intelectuais de seu grupo e as diversas teorizações elaboradas ao longo do período de existência – como maneira de interpretar o Brasil e atuar de forma concreta na conjuntura política da época.<sup>102</sup> O ISEB funcionou como um centro de inteligência e embora tenha contado com diferentes intelectuais na composição de seus quadros em diferentes momentos de sua trajetória, esteve sempre permeado pela ideia de desenvolvimento nacional. A ideia principal consistia na perspectiva pragmática da superação do atraso econômico brasileiro como possibilidade de se alcançar um horizonte “revolucionário” de emancipação nacional através, entre outros meios da industrialização. Funcionou, segundo alguns autores, como uma fábrica de ideologias tendo em vista – pelo menos em boa parte de seu funcionamento – a condução das massas ao “horizonte revolucionário”.<sup>103</sup>

O modo de interpretação da realidade era muito diferente se comparado à analítica paulista uspiana. Esta última tinha seu cerne na preocupação metodológica signatária do marxismo ocidental. Através do trabalho de leitura e interpretação da obra de Marx por figuras como José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Octavio Ianni, Fernando Novaes e Roberto Schwarz, buscava-se um novo tipo de leitura da obra marxista que se afastasse das interpretações levadas a cabo até então pelo ISEB e pelo PCB. Tratava-se mesmo de uma

<sup>102</sup> Para o aprofundamento na história de criação do ISEB, seu funcionamento e seus principais atores intelectuais ver: PÉCAUT, D. Intelectuais e a Política no Brasil – Entre o Povo e a Nação, Ed. Ática, SP, 1990

<sup>103</sup> Ver: TOLEDO, C. N. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1978

tentativa de distanciamento da maioria das leituras marxistas da realidade nacional feitas até então no Brasil e de uma tentativa de trazer a obra de Marx para o campo de uma interpretação mais filosófica do que de ordem prática intervencionista.

Este exercício levou estes autores a fundar um novo marxismo no Brasil, conhecido até os dias de hoje como marxismo acadêmico. Criticado por uns e reverenciado por outros esta perspectiva de interpretação da obra de Marx enriqueceu as possibilidades de utilização do repertório da obra de Karl Marx. Independente das utilizações feitas pelas duas correntes de pensamento – paulista e carioca – é importante ressaltar que ainda hoje as duas trajetórias são estudadas como tentativa de compreensão do cenário que permeava o pensamento político e social da época. Buscamos compreender de que maneira a construção do pensamento e a realidade estiveram permeadas e se interpenetraram ao longo da história e de que modo a obra de Marx funcionou como ferramenta de interpretação e de transformação da realidade no Brasil.

### **O SEMINÁRIO DO CAPITAL – “MARXISMO CIENTÍFICO”**

O Seminário do Capital foi formado no ano de 1958 na FFCL – USP, e era composto por José Arthur Giannotti Fernando Novais, Paul Singer, Octavio Ianni, Ruth Cardoso, Francisco Weffort, Michael Lowy, Fernando Henrique Cardoso, entre outros. A ideia inicial de formação do grupo coube a Giannotti e a sugestão de leitura do Capital a Fernando Novais. O Seminário do Capital constitui capítulo importante na formação do marxismo no Brasil e substancialmente nos moldes quais seriam traçados os rumos de interpretação da cadeira I de Sociologia Uspiana que tinha desde 1954 Florestan Fernandes como chefe interino quando da partida de Roger Bastide para a França. O Seminário viria alterar o modo como a obra de Marx era interpretada até então no Brasil. Utilizada até 1958 substancialmente pelo Partido Comunista Brasileiro e pelo ISEB a obra de Marx não tinha papel central nas universidades. Os trabalhos do autor eram tidos como referências de leitura ao lado de Durkheim, Weber e Mannheim e não tinham até aquele momento o estatuto “diferenciado” como passam a ter depois da experiência do Seminário.

O “movimento intelectual” denominado como O Seminário do Capital exerceu grande influência sobre a produção intelectual uspiana. A partir deste seminário os intelectuais tomam contato com a obra seminal de Marx e tem a oportunidade de estudá-la de forma sistemática juntamente aos outros participantes do grupo. A participação neste seminário de estudos sobre a obra de Karl Marx alterou a perspectiva teórico- metodológica adotada pelos estudiosos uspianos.

As correntes estruturais-funcionalistas – incentivadas à época por Florestan Fernandes – foram sendo deixadas de lado pouco a pouco. A dedicação à sociologia aplicada e seus autores já não era mais a mesma, além disto, os estudos empíricos aplicados passavam a figurar como páginas viradas nas abordagens elaboradas por alguns dos autores que se dedicaram aos estudos no grupo.<sup>104</sup> Este foi um processo lento e, apesar de podermos perceber a inserção no eixo de análise marxista na tese de doutorados de alguns dos diferentes participantes do seminário,<sup>105</sup> podemos também enxergar os “fantasmas” deixados pelo estrutural-funcionalismo e pelas interpretações baseadas na Psicologia-Social e na Sociologia Aplicada, defendida como corrente metodológica imprescindível aos intelectuais provenientes da escola de Chicago e de outros segmentos da Sociologia dos anos 1940-1960.

Entre as obras estudadas no Seminário estavam **O Capital – (1867 – 1905), História e Consciência de Classes – (2012)** de George Luckás e **Questão de Método – (1973)** de Jean Paul Sartre. Estas foram algumas referências elementares que foram mencionadas, por exemplo, por Octavio Ianni em sua tese de doutorado<sup>106</sup>

Efetivamente Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni em seus estudos sobre a escravidão no Sul do País, procurariam inovar reivindicando explicitamente o uso do método dialético na interpretação dos dados coletados. O trabalho de campo havia sido feito conjuntamente pelos dois entre 1955 e 1960, nos moldes da orientação proposta inicialmente por Florestan para pesquisar o preconceito racial e a integração do negro na sociedade de classes. No entanto como resultado das leituras de Marx, os trabalhos, quando apresentados como teses de doutoramento, trariam à tona a presença das discussões do grupo (do Capital) na forma como concebiam a formação social capitalista no País. (LAHUERTA, 2005, p. 162)

O surgimento do marxismo acadêmico se deu num momento bastante singular no Brasil e no mundo. Vinha a lume a realidade desvelada pelo “fracasso” do comunismo na União Soviética e ao mesmo tempo a morte de Stalin permitia naquele momento que ficasse registrada uma face diferente do comunismo soviético e de seus partidos. “Com a morte de Stalin, em 1953, a divulgação das realidades inaceitáveis da União Soviética e da vida interna dos partidos comunistas ganhou em amplitude, também entre adeptos e simpatizantes” (SCHWARZ, 1998, p. 3).

<sup>104</sup> Este foi o caso de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso por exemplo.

<sup>105</sup> Uma investigação aprofundada sobre a influência dos estudos no Seminário do Capital sobre a tese de doutorados dos integrantes do grupo foi elaborada no trabalho SOARES, L. R. Mestres e Discipulos e um Seminário em São Paulo (1958– 1978), Tese de Doutorado USP SP 2011

<sup>106</sup> O Negro na Sociedade de Castas, Tese de doutorado, USP, SP, 1961

Diante destes e de outros fatores como as preocupações com o atraso do Brasil em relação aos países desenvolvidos, o surto nacional-desenvolvimentista industrial e a questão referente à viabilidade do avanço do capitalismo no Brasil procurava-se um afastamento do marxismo ortodoxo do ponto de vista da *praxis* revolucionária que se fazia presente naquele momento em partidos e outros movimentos sociais. Outra preocupação com relação àquele momento era poder conferir maior estatuto científico e filosófico à obra de Marx, procurando-se utilizá-la não apenas como manual prático de intervenção da realidade, mas também como ferramenta metodológica capaz de fornecer instrumental efetivo para uma melhor interpretação e apreensão da realidade nacional brasileira e de outros países latino-americanos. “O objetivo mais evidente do grupo foi o de fazer, através da junção de várias áreas de atuação, um esforço teórico que lhe possibilitasse elaborar uma nova “interpretação do Brasil”, e de seu lugar no mundo (...).” (LAHUERTA, 2005, p. 162) Buscava-se ao mesmo tempo que uma reinterpretação da obra marxista, uma nova leitura interpretativa do Brasil e seus percalços com relação ao desenvolvimento.

Assim, uma grande parte da esquerda intelectual que se encontrava entre os muros da academia se voltou para questões consideradas de primeira ordem naquele momento. Estas questões não se referiam apenas a uma nova leitura do fenômeno do “atraso brasileiro”, mas também a uma releitura de alguns trabalhos de Karl Marx como forma de adoção de uma observação diferenciada tanto sobre sua obra quanto sobre os fenômenos sociais, políticos e econômicos que se davam em âmbito mundial com a derrocada do regime comunista na União Soviética “O movimento que estes intelectuais (...) estavam fazendo em direção ao marxismo visava um enfoque que levasse em conta a especificidade dos países “em situação de subdesenvolvimento”, sem desconsiderar, porém a análise do processo capitalista em geral.” (LAHUERTA, 2005, p. 169) Tratava-se de uma nova interpretação sobre o Brasil, porém de uma perspectiva que pudesse compreender sua posição em relação aos outros países do mundo.

O foco das análises ia em direção aos descompassos do modo de desenvolvimento capitalista nacional e seu percurso. O percurso brasileiro de desenvolvimento era visto sob a perspectiva do atraso e suas raízes sempre relacionadas à herança do regime colonial e ao passado escravocrata. Segundo Lahuerta:

No contexto de radicalização política e ideológica no final da década de 1950, a Sociologia produzida no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), sob o comando de Florestan Fernandes,

ainda que preocupada com o estabelecimento de uma “tecnologia do saber” e avessa à intervenção política direta, acaba realizando uma guinada em sua trajetória, ao estabelecer uma aproximação com o marxismo, que contribui para deslocar o conjunto da cultura ilustrada paulista para a esquerda, aproximando-a, ainda que com muitas críticas, de preocupações típicas da perspectiva nacional desenvolvimentista. (LAHUERTA, 2005, p. 157)

Passou então a ser constituído sob esta conjuntura um tipo de pensamento diferente sobre a “questão nacional”. Este novo modo de interpretação rejeitava em parte as análises e explicações propostas pelos grupos de estudiosos tanto da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) para a ONU (Organização das Nações Unidas) quanto do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que viam, através da leitura “marxista” da realidade, a possibilidade do avanço do Brasil e dos demais países considerados subdesenvolvidos a partir de uma lógica de comparação em relação aos países tidos como desenvolvidos naquele momento.

(...) neste momento, a principal questão destes intelectuais é, de posse de um novo instrumental, encontrar a chave que ajudasse a nos decifrar. Nesse momento como vimos, defrontaram-se com um conjunto variado de interlocutores (CEPAL, ISEB, PCB, funcionalismo norte-americano, estruturalismo etc.), mas que em sua diversidade, tinham em comum a pretensão de acertar o relógio das situações de “atraso” em relação à modernidade capitalista; (LAHUERTA, 2005, p. 169)

Através do marxismo acadêmico pretendia-se a inserção da dialética na análise sobre as questões nacionais, de modo que pudessem ser levados em consideração os antagonismos presentes nas diferentes sociedades subdesenvolvidas e, além disto, as peculiaridades relativas às diferentes sociedades nacionais e seus atores. Aqueles atores intelectuais buscavam se afastar das análises que levavam em conta a perspectiva da totalidade – categoria conceitual explicativa tão cara à época – apenas a partir de um eixo metodológico estrutural funcionalista, que inseria a dinâmica do movimento dialético em uma estrutura estacionária sem possibilidade de poder explicativo a partir dos antagonismos e paradoxos da realidade nacional. “Daí a preocupação dos intelectuais da USP quanto à demarcação de um território bem distanciado dessa postura, enfatizando a categoria da totalidade, mas distinguindo-se da noção de totalidade presente no funcionalismo, mais preocupada com equilíbrios e funções” (LAHUERTA, 2005, p. 169) Fugia-se de análises de cunho estrutural-funcionalista, muito utilizadas enquanto linhas metodológicas através de teorias como as de Parsons e Merton. Tratava-se quase mesmo de uma “aspepsia metodológica” nos termos do modo como seria apreendida a obra marxista, não com relação a diferentes teorias, mas com relação a uma “não contaminação” com a interpretação política que

era feita da obra até então no Brasil. Este é um dos principais pontos na qual repousa a novidade de interpretação trazida pelo grupo multidisciplinar uspiano.

A proposição dialética não veio apenas para conviver, mas sim para disputar a hegemonia acadêmica; por esta razão indispsôs-se desde o início contra o estrutural-funcionalismo, principalmente em Talcott Parsons e Robert Merton, e inclusive em Florestan Fernandes, **(que orientava FHC e Octavio Ianni à época do seminário dos quais os dois eram integrantes)** influenciou a Sociologia, mas também havia uma forte marca europeia, sobretudo francesa, advinda do estruturalismo antropológico de Levy Strauss, Malinowsky, Radcliffe-Brown. (SILVA, 2003, p. 34, GRIFO MEU)

Antes do Seminário do Capital, Marx era interpretado de forma diferente no Brasil. Tratava-se mais de teoria como forma de aprendizado para a ação prática do que de reflexões teórico-filosóficas utilizadas como instrumental de interpretação da realidade. Tratava-se de outra etapa do marxismo aqui. O grupo iniciou uma nova fase de interpretação da obra de Marx, influenciada inclusive pelo método de leitura que se fazia da obra. “Esse marxismo acadêmico (...) foi atravessado por diversas linhas interpretativas, como a sociologia compreensiva” (SILVA, 2003, P. 109) Não era apenas a temática do desenvolvimento nacional que trazia novidades, mas a maneira como esta era estudada, o modo de análise era outro “Em outras palavras, uma abordagem analítica dos fenômenos sociais, tendo como parâmetro um referencial histórico-estrutural ao lado de uma referência sobre a subjetividade (consciência social)” (SILVA, 2003, P. 109). FHC, um dos integrantes do grupo do Capital, ao refletir sobre sua tese de doutorado infere: “Tentei Usar a dialética de modo heurístico e não dogmático, e não escrevi como se nunca tivesse lido Weber, Parsons e os demais sociólogos.” (CARDOSO, 2003, p. 18)

O prefácio de Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional é um dos exemplos bem acabados dos resultados alcançados pelas leituras do Seminário. Isto porque aquilo que era para ser apenas um prefácio sobre a metodologia utilizada pelo autor na apreensão do objeto acabou se tornando praticamente um “trabalho em si” sendo republicado separadamente diversas vezes em revistas e periódicos da área, tamanho o grau de abstração utilizado por Fernando Henrique Cardoso para enunciar as novidades que trazia a perspectiva marxista de análise para a compreensão do fenômeno escravocrata e sua desintegração no Sul do país.

### **O ISEB: “NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO”**

A interpretação marxista elaborada pelo ISEB era substancialmente diferente das leituras feitas nos “intramuros” da Universidade de São Paulo com o Seminário do Capital. O ISEB foi criado em 1955 e o marxismo adotado por alguns de seus intelectuais se diferenciou em larga medida da analítica marxista paulista, a começar pela posição que o instituto ocupava frente ao aparato estatal oficial da época. Embora se tratasse de uma organização autônoma o ISEB esteve ligado diretamente ao Ministério da Cultura e Educação. Por conta deste papel ao lado do Estado o “marxismo isebiano” utilizava-se da interpretação marxista como modo de atuar na política concreta. Não se tratavam apenas de diagnósticos e prognósticos, mas sim da formulação de interpretações que pudessem dar embasamento à ação política dos atores envolvidos no aparato estatal.

Separando o ISEB em três etapas diferentes Daniel Pécaut acredita que em sua terceira fase de existência – pós 1960 – o Instituto tenha ingressado em suas atividades assumindo um caráter “explicitamente político ao lado da esquerda radical” (PÉCAUT, 1990, p. 113) Esta fase é caracterizada, conforme mencionamos anteriormente como nacionalismo marxista. Durante este período boa parte de seus integrantes faziam parte ou já estavam próximos ao PCB. Contagiados pelo nacional desenvolvimentismo e em certa medida contribuindo com suas formulações, os intelectuais do ISEB buscavam o avanço nacional através de uma lógica de pensamento “etapista”. Acreditava-se grosso modo, através da linha interpretativa marxista, que cumprida uma etapa do desenvolvimento no Estado Nacional, se poderia prever uma nova fase de evolução e de construção de novas possibilidades de avanço. Desta forma os ideólogos do ISEB acreditavam que o país poderia se livrar dos problemas do subdesenvolvimento e do fantasma do sistema agroexportador baseado no poder das oligarquias regionais e avançar para a etapa seguinte que seria, neste caso, a do capitalismo nacional.

Nesta lógica consistia a linha interpretativa do instituto que mobilizava o arsenal marxista para contribuir com o “avanço do país”. Buscava-se o desenvolvimento nacional através da “emancipação consciente” que o país deveria assumir enquanto nação autônoma frente ao poder do imperialismo exercido pelas nações desenvolvidas. Este horizonte só seria alcançado através da plena industrialização, das reformas de base e da formação de uma consciência esclarecida por parte do povo e da nação, cabendo ao instituto o papel de contribuir com a formação desta “consciência emancipatória”.

Discutiam-se também no instituto as posições referentes à entrada do capital estrangeiro na suposta “nova fase” do capitalismo nacional, considerando-se diversas perspectivas de desenvolvimento “A abordagem teórica (...) do ISEB consistia, sobretudo, em conceber o processo histórico como uma sucessão de fases progressivas, onde a fase vigente anunciaria a fase subsequente, que constituiria uma etapa mais avançada da história da comunidade.” (MANTEGA, 1985, p. 58) Estava a cargo da CEPAL naquele momento – instituição que exerceu grande influência sobre as teorias isebianas – o papel do desenvolvimento de projetos baseados na ideia de fomentar o avanço dos países subdesenvolvidos da América Latina. Os projetos consistiam na elaboração de técnicas que pudessem alavancar os processos produtivos destes países através da industrialização, da substituição das importações, além disto, do progresso nacional em outras áreas capazes de desenvolvimento econômico e social. “A preocupação básica da CEPAL era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo (...) ressaltando os entraves ao “desenvolvimento econômico” em contraste com (...) os centros avançados” (MANTEGA, 1985, p. 34)

Era ainda bastante presente naquele momento uma visão dualista que considerava o cenário econômico mundial através do paradigma do arcaico *versus* o moderno. “Do funcionalismo adviria, inclusive, o culto de certa razão dualista (arcaico *versus* moderno) que a escola uspiana não se cansaria de desancar incessantemente, em várias gerações.” (LAHUERTA, 2005, p. 169) A crença na possibilidade desenvolvimentista/modernizante estava assentada sobre a estrutura político-econômica adotada pelos países desenvolvidos, e, deste modo o Brasil deveria passar pelos mesmos “processos” e “etapas” pelos quais já haviam passado os países modernos para atingir um novo patamar de desenvolvimento econômico e social.

Os pensamentos Isebiano e Cepalino denotavam, segundo alguns intérpretes, a influência do estrutural-funcionalismo nas interpretações feitas pela corrente de pensamento “etapista” citada acima. A análise do subdesenvolvimento brasileiro sob a influência da perspectiva de análise estrutural funcionalista mantinha a possibilidade de avanço e desenvolvimento do Brasil estanques uma vez que a totalidade baseada nas múltiplas determinações capazes de mudanças e transformações ficavam presas a uma estrutura excluída dos processos históricos e dinâmicos da sociedade. “Por ‘congelar’ a vida social, a abordagem estrutural funcionalista não conseguiria captar as mediações, perdendo assim as conexões entre as várias partes do processo. Não haveria nem movimento nem contradição, nem historicidade na análise feita sob sua orientação”

(LAHUERTA, 2005, p. 169) O nacionalismo isebiano – cristalizado sob a perspectiva de diferentes autores – repousava sob o paradoxo entre nação e anti-nação. Esta seria a contradição principal do país, sendo deslocada, a partir desta interpretação, a visão de que a contradição principal no caso do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro se daria no nível do antagonismo entre as classes sociais.

### **UMA “REALIDADE”**

Embora os dois pólos de pensamento identificassem no atraso brasileiro o principal problema a ser resolvido e a principal questão a ser interpretada através do instrumental marxista, as visões que se constituíram acerca da realidade nacional foram bastante diferentes. A interpretação dos intelectuais isebianos nos dá a impressão de que uma ruptura está prestes a acontecer no cenário brasileiro. “Ruptura; eis um termo empregado com frequência pelos isebianos para designar o que estava em vias de se desenrolar no Brasil” (PÉCAUT, 1990, P. 124) Estes intelectuais teriam inclusive, através da formulação ideológica, o dever de contribuir para o avanço do processo histórico. A revolução – nos termos de uma possível emancipação nacional e na “(...) tomada de consciência de um país por ele próprio (...)” (CORBISIER, 1959, p. 41 apud PÉCAUT, 1990) – estava na ordem do dia e fazia parte do papel da intelectualidade contribuir com as formulações que tornariam possível seu desencadeamento. Esta visão é importante para que se compreenda de que modo se deu a interpretação da obra marxista no caso carioca e porque sua utilização se deu de forma mais pragmática se comparada ao caso paulista.

No caso paulista, o atraso também estava na ordem do dia, porém à intelectualidade caberia o papel da compreensão do fenômeno através de um afastamento que só a ciência e a teoria marxista lhes permitiriam captar. Em outras palavras a teoria marxista não tinha a função que havia exercido até então no ISEB ou no Partido Comunista, não serviria como manual prático de intervenção, mas sim como instrumental capaz de apreender a realidade. Através de uma inflexão mais filosófica os intelectuais uspianos se recusavam a qualquer relação com a política e se opunham fortemente à metafísica nacional. As pretensões teóricas são radicais, mas não havia nenhum compromisso com a “revolução” e a ênfase metodológica era a pedra de toque que diferenciava a experiência do Seminário das demais leituras da obra de Marx efetuadas no Brasil até então. (LAHUERTA, 2005)

Alguns estudiosos acreditam mesmo que o marxismo uspiano tenha influenciado teses bastante posteriores ao início do Seminário em 1958 como os trabalhos de Weffort sobre o populismo – que viu durante um longo período de tempo as “relações políticas” brasileiras com “desconfiança”, atribuindo aos movimentos sociais e não à política institucional nos moldes da época o papel de protagonismo nas transformações nacionais, o que acabaria por contribuir com sua atuação como um dos principais ideólogos na formação do PT – traço característico do marxismo acadêmico uspiano de manter a distância necessária dos “processos políticos concretos”.

Creemos que esta tentativa de apreender em perspectiva comparada duas interpretações diferentes do Brasil através da teoria marxista é interessante para compreendermos a importância da recepção da obra de Marx no Brasil durante as décadas de 1950/60 e para entender de que modo diferentes atores sociais fazem uso dos aparatos instrumentais teóricos e conceituais que tem a disposição em tempos e épocas coetâneas.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, P. R. de, Florestan Fernandes e a ideia de Revolução Burguesa no pensamento marxista brasileiro. *Revista Espaço Acadêmico* – nº 52, SET/2005

ARRUDA, M. A. do N.. MetrÓpole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9 (2): 39-52, outubro de 1997.*

BASTOS, E. R. ABRUCIO, F. LOUREIRO, M. R. & REGO, J. M. *Conversas com sociólogos brasileiros.* São Paulo, Editora 34, 464 páginas. 2006

BRITO, J. G. Octávio Ianni e a interpretação do Brasil: a concepção dialética da história sob o signo da metamorfose. *Dissertação de mestrado: UNESP/Araraquara, 2005*

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.* 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 375 p. 2003

FILHO, A. R. O ‘Seminário Marx’ e sua influência nas Ciências Humanas no Brasil. A crítica da Analítica Paulista o marxismo adstringido de José Arthur Giannotti, IV Colóquio Engels e Marx. SP 2005

GERTH, H. MILLS, W. Character and Social Structure, The Psychology of Social Institutions, London, 1954

GIANNOTTI, J.A. "Notas para uma análise metodológica de O capital.". Revista Brasiliense, n° 29 P. 60 – 72, SP – 1960

\_\_\_\_\_ Recepção de Marx no Brasil. Novos Estudos n° 50, SP 1998

IAMAMOTO, M. V. BEHRING, E. R. (ORG.) Pensamento de Octavio Ianni: Um balanço de sua Contribuição à Interpretação do Brasil. FAPERJ, UFRJ, CEOI, 7 Letras, RJ 2009

IANNI, O. O negro na sociedade de castas, Tese de Doutorado, USP – Localização CAPH: 16A – São Paulo 1961

JACKSON, L. C.. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934– 1969). Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1. 2007 21

LAUHERTA, M.. Em Busca da Formação Social Brasileira: Marxismo e Vida Acadêmica. Perspectivas, São Paulo, 28: 157– 186, 2005

\_\_\_\_\_ Intelectuais e Transição: entre a Política e a Profissão. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 1999

LUKÁCS, G. História e Consciência de Classe: Estudos Sobre a Dialética Marxista, Martins Fontes, SP, 2012.

MANTEGA, G. A Economia Política Brasileira, 3° Edição, Ed. Polis\Voices, 1985

MARTINS, E. L. Marxismo e a Universidade no Brasil: Um estudo sobre o Seminário de Marx (58 – 64). Dissertação de mestrado – UNICAMP, SP – 2008.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política, Expressão Popular, SP, 2008

\_\_\_\_\_ A Ideologia Alemã, M. C., SP, 2007

MICELLI, S. (org.). História das Ciências Sociais no Brasil, II Vol., Vértice, SP, 1989

PÉCAUT, D. Intelectuais e a Política no Brasil – Entre o Povo e a Nação, Ed. Ática, SP, 1990

PULICI, C. De Como o Sociólogo Brasileiro deve Praticar seu Ofício: As Cátedras de Sociologia da USP entre 1954 e 1969. *Perspectivas*, v. 31, p. 97 – 120, jan./jun. 2007

ROMÃO, W. M. *Sociologia e Política Acadêmica nos anos 1960: A Experiência do CESIT*, Humanitas, SP, 2006

SARTRE, J. P. *Questão de Método. Os Pensadores*, Abril Cultural. SP. 1973

SCHWARZ, R.. “Um Seminário de Marx”. In *Novos Estudos CEBRAP*, nº 50, pp. 99– 114, Março, 1998.

SILVA, L. F. *Pensamento Social Brasileiro: Marxismo Acadêmico entre 1960 e 1980*. Editora Corações e Mentes SP – 2003

SOARES, L. R. *Mestres e Discipulos e um Seminário em São Paulo (1958– 1978)*, Tese de Doutorado USP SP 2011

TAUIL, R. M. ; CASTRO, M. C. ; SANTANA, F. ; JURCA, R. ; MASSA, A. C. . *Entrevista com o cientista político Michel Lowy: Problematizando a esquerda, o marxismo e a América Latina*, Pensata, SP, 2012

WILLIAMS, E. *Capitalismo e Escravidão*, Cia das Letras, SP, 2012